

I Fórum de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP



São Tomé e Príncipe, 16 a 20 de Março de 2015
(Relatório de actividades)

Organização e Apoio:

Organização:

REDSAN CPLP

Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP



Apoio:



Food and Agriculture Organization of the United Nations



O projecto IFSN é cofinanciado pela União Europeia

O projecto PDSA II é cofinanciado pela União Europeia e pelo Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Índice

1. Enquadramento	3
2. Objectivos	4
3. Participantes no Fórum	4
4. Agenda da reunião	8
5. Descrição das actividades	10
5.1 Seminário internacional “Governança, Agricultura Familiar e Meio Ambiente”	10
5.2 Visitas de Campo: experiências de produção biológica em São Tomé e Príncipe – o cacau e a pimenta	13
5.3 Seminário “Programas de Alimentação Escolar e Compras Públicas”	14
5.4 Reunião de planeamento interna da REDSAN-CPLP e Plataforma de Camponeses da CPLP	19
5.5 Sessão interna do Comité de Coordenação do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP	20
6. Comunicação e visibilidade	20
7. Avaliação	21
8. Reflexões finais	23
9. Anexos	25

1. Enquadramento

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), dois terços dos famintos do mundo são pequenos agricultores ou vivem no meio rural. Apesar disso, são eles os grandes responsáveis pela produção mundial de alimentos, o que constitui um verdadeiro paradoxo. Este contexto repete-se nos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde o grosso da produção agrícola da maioria dos países é da responsabilidade dos agricultores familiares e igual preponderância assumem a pecuária familiar e pesca tradicional (particularmente, em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique). Este sector é, também, o maior empregador na quase totalidade dos países. Esta importância relativa varia entre 60% a 84%. Na maior parte dos países, as mulheres constituem a maioria da força de trabalho na agricultura. Nos países da CPLP, a agricultura do tipo familiar e os pequenos produtores detêm a maioria das unidades agrícolas.

Em 2011, os Estados-membros da CPLP aprovaram a Estratégia Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP), a qual reconhece a importância de se reforçarem as acções em prol da agricultura familiar. No quadro dessa estratégia, os Estados-membros comprometeram-se a “promover a agricultura familiar, por intermédio de políticas de apoio à produção e ao acesso ao mercado económico, de maneira a fortalecer a produtividade e rentabilidade do trabalho rural” (ESAN-CPLP, 2011: 8). No quadro da ESAN-CPLP, foi criado o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), uma plataforma ministerial com participação social para a coordenação das políticas e programas na área da Segurança Alimentar e Nutricional e assessoria à Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

A participação social na implementação da ESAN-CPLP é operacionalizada através do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP¹, que conta com um Comité de Coordenação nomeado pelas organizações e redes nacionais da Sociedade Civil nos Estados-membros da CPLP, de acordo com directrizes formalmente aprovadas pelos respectivos Estados-membros.

Num contexto de fortes expectativas por parte da Sociedade Civil relativamente ao relançamento da implementação da ESAN-CPLP, a Sociedade Civil convocou o *I Fórum de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP*, o qual mobilizou Organizações da Sociedade Civil, incluindo dos Agricultores Familiares, contribuindo para uma participação qualificada neste processo.

O *I Fórum de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP* teve lugar em São Tomé e Príncipe, de 16 a 20 de Março de 2015. As actividades dos dias 16 e 18 de Março decorreram no Hotel Praia (Praia Lagarto - Cx. Postal 61, São Tomé) e as actividades dos restantes dias do Fórum nas instalações do Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-Pecuário (CATAP – Batepá, Distrito de Mé-Zochi), onde a Comitativa da Sociedade Civil ficou hospedada.

¹ Mais informações em <http://www.msc-consan.org/>.

Durante esta semana de iniciativas organizadas e promovidas pela REDSAN-CPLP, pela Plataforma de Camponeses da CPLP, pelo Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil do CONSAN-CPLP e pela ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento, pretendeu-se contribuir para a mobilização, articulação e capacitação das organizações da Sociedade Civil com intervenção nos domínios da Segurança Alimentar e Nutricional (incluindo as redes nacionais membros da REDSAN-CPLP e as federações nacionais de agricultores membros da Plataforma de Camponeses da CPLP) para a participação no processo de implementação da ESAN-CPLP ao nível regional e ao nível nacional. O Fórum contou com seminários abertos a todos os interessados e reuniões de planificação interna com acesso limitado aos delegados eleitos pelas Organizações participantes. Os objectivos específicos do Fórum são apresentados em seguida.

2. Objectivos

Os principais objectivos do *I Fórum de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP* foram:

- Mobilizar as organizações de agricultores familiares, pescadores artesanais, trabalhadores agrícolas e do sector agroalimentar, mulheres, jovens, consumidores, povos tradicionais, e Organizações Não-Governamentais nacionais com intervenção nos domínios da SAN, reunidas na Rede da Sociedade Civil para a SAN da CPLP (REDSAN-CPLP) e na Plataforma de Camponeses da CPLP para uma acção conjunta e coordenada em favor da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional, ao nível regional e ao nível de cada país;
- Aprofundar a discussão conceptual e política sobre as temáticas de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional, tendo em vista o reforço da implementação da ESAN-CPLP, nomeadamente visando o reconhecimento da Agricultura Familiar, a governança da SAN, dinamização dos programas de Alimentação Escolar e melhor governança de recursos naturais);
- Partilhar experiências e coordenar a actuação e participação da Sociedade Civil nas actividades regionais e nacionais previstas em 2015 para a implementação da ESAN-CPLP; Fortalecer o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP.

3. Participantes no Fórum

O *I Fórum de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP* contou com a participação de delegados de todos os países da CPLP com presença efectiva na REDSAN-CPLP, na Plataforma de Camponeses da CPLP e no Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP, a saber, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A esta Comitiva, juntaram-se outros participantes, facilitadores, técnicos, e representantes de instituições nacionais, regionais e internacionais que

acompanharam os dias em que das actividades foram abertas a todos os participantes, a saber:

- Representantes do IMVF: Edgar Agostinho das Neves (São Tomé e Príncipe) e Teresa Santos (Lisboa);
- Coordenação da Rede Internacional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar, iniciativa apoiada pela União Europeia e pela ActionAid: Shahidur Rahman e Alberta Guerra;
- Representante da CPLP / Direcção de Cooperação: Ana Paula Barbosa de Melo;
- Representantes governamentais de São Tomé e Príncipe: Teodorico Campos (Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural); Ayres Bruzaca (representante da Presidência da República); Wilson Bragança (representante do Ministério da Economia e da Cooperação Internacional);
- Secretariado Técnico e Logístico: Élia Henriques (logística, contabilidade, comunicação e visibilidade); Dorlinda Saldanha (assessoria de imprensa); Carlos José Dias Pereira (facilitação técnica); Henrique Pires dos Santos e Joana Catarina Paiva (secretariado do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil do CONSAN-CPLP); Joana Rocha Dias (coordenação da REDSAN-CPLP e secretariado da Plataforma de Camponeses da CPLP);
- Participantes nos seminários (ver listagens de participantes em anexo);
- Facilitadores e convidados (ver agenda apresentada em seguida) participaram do seminário internacional “Governança, Agricultura Familiar e Meio Ambiente”, a saber: Agostinho de Carvalho, Caio Galvão França, Carminda Viegas, Fábio Ramos, Francisco Sarmiento, Joana Rocha Dias, Laura Lorenzo, Laura Meggiolaro, Pierina German-Castelli e Stefano Grego. No seminário sobre “Programas de Alimentação Escolar e Compras Públicas” participaram como facilitadores: Alexandrina Vera Cruz, Ana Spencer e Francisco Menezes. Seguem abaixo breve biografia de cada um desses oradores / facilitadores:

Agostinho Carvalho: possui Graduação e Doutoramento em Engenharia Agronómica. Foi investigador do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian, professor na Universidade do Algarve, no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz e conselheiro técnico principal da FAO. Actualmente é professor catedrático jubilado, tendo exercido actividade de consultoria nos domínios do desenvolvimento rural de regiões de Agricultura Familiar e de política alimentar.

Ana Spencer: possui Graduação em Engenharia Agro-Alimentar e Pós-Graduação em Segurança Sanitária de Alimentos. De 1998 a 2007 exerceu funções de Directora de Serviços de Segurança Alimentar no Ministério de Desenvolvimento Rural, e nos quatro anos subsequentes foi Directora do Departamento de Desenvolvimento da Qualidade na Agência de Regulação de Produtos Farmacêuticos e Alimentares. Desde 2011 coordena o Programa Conjunto das Nações Unidas “Apoio à Segurança Alimentar e Nutricional nas escolas”.

Caio Galvão de França: possui Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e Especialidade em Gestão Pública. É analista técnico de políticas sociais, chefe da assessoria de assuntos internacionais e de promoção comercial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Brasil e Coordenador alterno da Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul. Foi Chefe de Gabinete do MDA (2006-2011) e Chefe de Gabinete Adjunto do Gabinete Pessoal da Presidenta da República (2011-2013). Tem experiência na área de Sociologia Rural, actuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, trabalho, sindicalismo, movimentos sociais, integração regional, reforma agrária, desenvolvimento rural. Actuou na formação e assessoria sindical.

Carmina Viegas: possui Graduação em Engenharia Civil. É actualmente coordenadora do Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal em São Tomé e Príncipe (PAPAFPA-STP).

Fábio Ramos: possui Graduação em Zootecnia e Mestrado em Socio-Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Prestou consultoria em agropecuária, agroindústria e em desenvolvimento rural, no Brasil e outros países. Tem experiência em desenvolvimento de produtos, de novos negócios, em agricultura sustentável, agronegócio, entre outros.

Francisco Menezes: possui Graduação em Economia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Mestrado em Desenvolvimento e Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e consultor da ActionAid Brasil e do Programa Alimentar Mundial (PAM). Foi Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA Brasil (2004-2007) e membro da coordenação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (2009-2010). Recentemente, publicou o livro “História das compras institucionais de alimentos no Brasil” (PAM, 2014). Coordenou ainda a pesquisa “Agricultura Familiar, Alimentação Escolar e a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada” (IBASE / ABRANDH, 2011).

Francisco Sarmiento: possui Graduação em Gestão e Extensão Agrária pela Escola Superior Agrária de Coimbra, Mestrado em Desenvolvimento e Agricultura pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Doutoramento em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Pós-doutoramento pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Possui mais de 20 anos de experiência profissional na área do Desenvolvimento, Cooperação Internacional, Segurança Alimentar e Direito Humano à Alimentação, foi Director Internacional da Área de Segurança Alimentar e Direito Humano à Alimentação da ActionAid Internacional e tem trabalhado em vários países de África, América Latina e Caribe, Ásia e Europa, como assessor das Nações Unidas, órgãos governamentais de países da CPLP e outros organismos internacionais.

Joana Rocha Dias: possui Graduação em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade de Coimbra, Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – Estudos Internacionais Comparados pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Doutoramento em Governança, Conhecimento e Inovação pela Universidade de Coimbra. Os principais interesses de investigação versam

sobre temas relacionados com conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, mecanismos de regulação do acesso e uso de recursos naturais e desenvolvimento rural, Políticas Públicas de direitos de propriedade intelectual e desenvolvimento, gestão e regulação do conhecimento. Actualmente, coordena, a partir da ONG portuguesa ACTUAR, a Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP e secretaria a Plataforma de Camponeses da CPLP.

Laura Lorenzo: possui Graduação em Engenharia Agrónoma. Faz parte, desde 2003, da Secretaria do Fórum Rural Mundial (FRM), sendo actualmente coordenadora da Secção Europa no FMR. Exerceu actividade na investigação da produção animal, no país Basco, tendo trabalhado em diversas áreas como: direitos dos agricultores, empoderamento das organizações agrícolas, fortalecimento da participação das mulheres e jovens nos diálogos políticos, acesso à terra e outros recursos naturais, entre outros.

Laura Meggiolaro: possui Mestrado em Desenvolvimento Económico e Internacional pela Universidade de Roma e Pós-Graduação em Comunicação e Estudos Media pela Universidade de Padova. Com mais de 10 anos de experiência profissional no sector de governança fundiária, colabora com agências da ONU e Organizações da Sociedade Civil na gestão de informação e conhecimento, construção de parcerias e comunicação para o desenvolvimento. Desde 2012 é Coordenadora do *Land Portal* e tem vindo a promover o re-desenvolvimento do Portal para melhor atender às necessidades dos principais públicos-alvo, de forma a aumentar a transparência em questões fundiárias através de informações de governança fundiária e do conhecimento.

Pierina German-Castelli: possui Graduação em Agronomia pela Universidade da República do Uruguai, Mestrado em Ciências do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade área de concentração em Planeamento e Políticas na América Latina e Caribe pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Doutoramento em Ciências do Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tem experiência em ensino académico ao nível de Mestrado nas áreas de Ciências Sociais e Ciências Ambientais. Presentemente é consultora actuando fundamentalmente nas seguintes temáticas: direitos do conhecimento tradicional, governança internacional e local da diversidade biocultural, gestão socioambiental e desenvolvimento sustentável.

Stefano Grego: possui Graduação em Ciências Agrárias pela Universidade de Perugia. Actualmente é professor de Química Agrícola na Universidade de Tuscia em Itália, coordenador de PhD, vice-reitor de Relações Internacionais e Coordenador da Comissão de Relações Internacionais. Foi premiado em 2003 com um Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade de Agricultura de Bucareste, em 2004 pela Universidade de Cluj-Napoca, na Roménia, e em 2008 pela Universidade de Iasi, na Roménia. É autor e coautor de mais de 270 publicações em revistas nacionais e internacionais. É fundador e membro do Board da *World Agricultural Heritage Foundation*.

4. Agenda da reunião

16 de Março, segunda-feira

Seminário Internacional

“Governança, Agricultura Familiar e Meio Ambiente”

Hora	Descrição
9:00	Recepção dos participantes
9:30	Mesa de Abertura do I Fórum da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP pelas autoridades locais convidadas e representantes da Sociedade Civil <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministro da Agricultura, Teodorico Campos ▪ Representante da Presidência da República, Ayres Bruzaca ▪ Representante da REDSAN-CPLP, Joana Rocha Dias ▪ Representante da RESCSAN-STP, Celso Garrido
10:45	Intervalo
11:00	Seminário Internacional “Governança, Agricultura Familiar e Meio Ambiente” Painel I – Governança e Participação da Agricultura Familiar <ul style="list-style-type: none"> ▪ Agricultura Familiar e governança da Segurança Alimentar e Nutricional com participação social na CPLP (Francisco Sarmiento, FAO) ▪ Estratégias e alternativas para o fortalecimento da Agricultura Familiar (Agostinho Carvalho, Professor Universitário) ▪ Propostas de seguimento do Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014 (Laura Lorenzo, Fórum Rural Mundial) ▪ Interlocação entre Governo e Sociedade Civil no reconhecimento e fortalecimento da Agricultura Familiar (Caio Galvão França, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasil)
12:30	Discussão
13:15	Almoço
14:30	Seminário Internacional “Governança, Agricultura Familiar e Meio Ambiente” Painel II - Governança e Meio Ambiente <ul style="list-style-type: none"> ▪ A nova governança dos recursos naturais (Pierina German-Castelli, consultora ACTUAR) ▪ A Agricultura Biológica em São Tomé e Príncipe (Carminda Viegas, Coordenadora do PAPAFA-STEP) ▪ A construção do <i>cluster</i> de produtos biológicos no Brasil (Fábio Ramos) ▪ Agricultura Familiar, conservação dinâmica da biodiversidade e partilha de benefícios (Joana Rocha Dias, ACTUAR) ▪ A construção de capacidades para a protecção de sistemas de património agrícola (Stefano Grego, <i>World Agricultural Heritage Foundation</i>)

16:00	Discussão
16:45	Intervalo
17:15	Síntese dos desafios para a Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP
17:30	Lançamento da publicação sobre Governança Fundiária nos PALOP
17:45	Encerramento

17 de Março, terça-feira

Visitas de Campo a experiências de produção biológica

9:00	Visita de Campo à Cooperativa de Exportação de Cacau de Qualidade (CECAC-11)
14:00	Visita de Campo à Cooperativa de Exportação de Pimenta e de Baunilha (CEPIBA)

18 de Março, quarta-feira

Sessão de discussão interna sobre acesso a informação e Seminário “Programas de Alimentação Escolar e Compras Públicas”

Hora	Descrição
9:00	Sessão de discussão interna: o acesso a informação para a governança dos recursos naturais (Laura Meggiolaro, <i>Land Portal Initiative</i>)
10:00	Abertura pelas autoridades locais convidadas e representantes da Sociedade Civil
10:20	Programas de Alimentação Escolar: sustentabilidade e perspectivas (Ana Spencer, Cabo Verde)
10:40	A Agricultura Familiar nos programas de aquisição institucional de alimentos (Francisco Menezes, IBASE Brasil)
11:00	Intervalo
11:30	O Programa e o Conselho Nacional de Alimentação Escolar em São Tomé e Príncipe (Alexandrina Vera Cruz, PNASE STP)
11:50	Testemunhos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestor de Escola, Sr. Armindo Lopes ▪ Gestor de Pólo de Abastecimento, Sr. Wadson Chaúl ▪ Comissão de Pais da Escola Francisco Tenreiro, Sr. Eanes Cravid ▪ Agricultores, Sr. Maurício e Sr. Adérito
12:30	Discussão
13:00	Almoço
14:00	Grupos de Trabalho: identificação de principais problemas e propostas <ul style="list-style-type: none"> ▪ GT 1 – Associações de Pais, Estudantes, Gestores de Escolas ▪ GT 2 – Organizações da Sociedade Civil

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GT 3 – Produtores Familiares, Organizações de Produtores e Cooperativas ▪ GT 4 – Técnicos governamentais
15:40	Intervalo
16:00	Plenária: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação dos resultados dos Grupos de Trabalho ▪ Conclusões e discussão de possíveis acções para reforço de capacidades na implementação de Programas de Alimentação Escolar e Compras Públicas na CPLP
17:30	Encerramento pelas autoridades locais convidadas e representantes da Sociedade Civil <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Teodorico Campos ▪ Representante do Ministro da Economia e da Cooperação Internacional, Wilson Bragança ▪ Representante da REDSAN-CPLP, Joana Rocha Dias ▪ Representante da RESCSAN-STP, Celso Garrido
20:00	Jantar e festa convívio no CATAP

19 de Março, quinta-feira

Visita guiada ao CATAP e reunião de planeamento REDSAN-CPLP e Plataforma de Camponeses da CPLP (acesso restrito a delegados)

20 de Março, sexta-feira

Reunião interna do Comité de Coordenação do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP, Conferência de imprensa e Reunião de sistematização, Conclusões e Avaliação (acesso restrito a delegados)

5. Descrição das actividades

5.1. Seminário internacional “Governança, Agricultura Familiar e Meio Ambiente”

O papel da Agricultura Familiar nos sistemas alimentares modernos tem vindo a ser crescentemente reconhecido pelas organizações internacionais e Governos nacionais. Além de assegurar a produção de cerca de 80% dos alimentos, e assim contribuir substantivamente para a Segurança Alimentar e Nutricional e para a erradicação da fome no Mundo, a Agricultura Familiar representa 500 milhões das 570 milhões de explorações agrícolas no mundo. A Agricultura Familiar garante alimentos saudáveis, gera emprego e contribui para a preservação do meio ambiente.

Não obstante as especificidades dos distintos países da CPLP, os produtores familiares agrícolas representam, em média, mais de 75% das explorações agrícolas e ascendem no conjunto da CPLP a cerca de 11.500 milhões. Deles dependem mais de 45 milhões de pessoas na Comunidade (Sarmiento, 2013). Contraditoriamente a esta importância, os agricultores familiares continuam a ser marginalizados na maioria dos países no que

respeita ao seu acesso a recursos naturais, serviços, infra-estruturas e protecção social. O seu reconhecimento (para efeito de discriminação positiva nas Políticas Públicas) e a sua participação na governança da Segurança Alimentar e Nutricional são passos fundamentais nesse sentido.

Relativamente ao seu reconhecimento, verifica-se que a categoria de produtores familiares está legalmente reconhecida em alguns Estados-membros da CPLP, como é o caso do Brasil, mas não nos demais países. Tendo em conta a evolução global da agricultura familiar no mundo, foram discutidos durante este seminário elementos a considerar em possíveis estratégias alternativas de promoção da Agricultura Familiar, tendo sido sublinhado o carácter eminentemente político (e não meramente técnico) de tais respostas.



Para o primeiro painel (“Governança e Participação da Agricultura Familiar”) do seminário internacional, foram convidados quatro especialistas (apresentações em anexo) com o objectivo de discutir a imprescindibilidade e urgência de reconhecer formalmente a existência e a importância da agricultura familiar nestes países e, conseqüentemente, as políticas públicas para a sua promoção. Esta discussão dá seguimento aos esforços de coordenação e articulação explicitados pela Sociedade Civil em momentos anteriores, desde a aprovação da ESAN-CPLP, nomeadamente no âmbito do Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP. Ainda durante este primeiro painel do seminário, e muito particularmente durante a discussão que sucedeu ao mesmo, foi sublinhada a imprescindibilidade do reforço da coordenação intersectorial e da participação social incluindo dos produtores familiares.

No segundo painel do seminário internacional, intitulado “Governança e Meio Ambiente”, foram convidados cinco especialistas que discutiram possíveis respostas de gestão e governabilidade de recursos naturais (incluindo terra, água, biodiversidade, conhecimentos tradicionais associados). As potencialidades e desafios do desenvolvimento de um *cluster* de produção de alimentos orgânicos com benefícios para a agricultura familiar foram discutidos (incluindo a integração entre produção e transformação; crédito, assistência técnica e cooperação para acesso a mercados, mecanismos de regulação, etc.). No caso concreto de São Tomé e Príncipe, foram apontadas algumas acções possíveis para a legislação e para associação entre as fileiras de exportação visando reunir sinergias na produção, transformação e acesso a mercados. Estes elementos foram fortemente discutidos durante o seminário, tendo-se reflectido em importantes subsídios para as discussões havidas durante as visitas de campo no dia seguinte.

A conservação e uso da biodiversidade e a repartição dos benefícios da sua valorização foram evidenciados durante o seminário como uma preocupação central da Sociedade

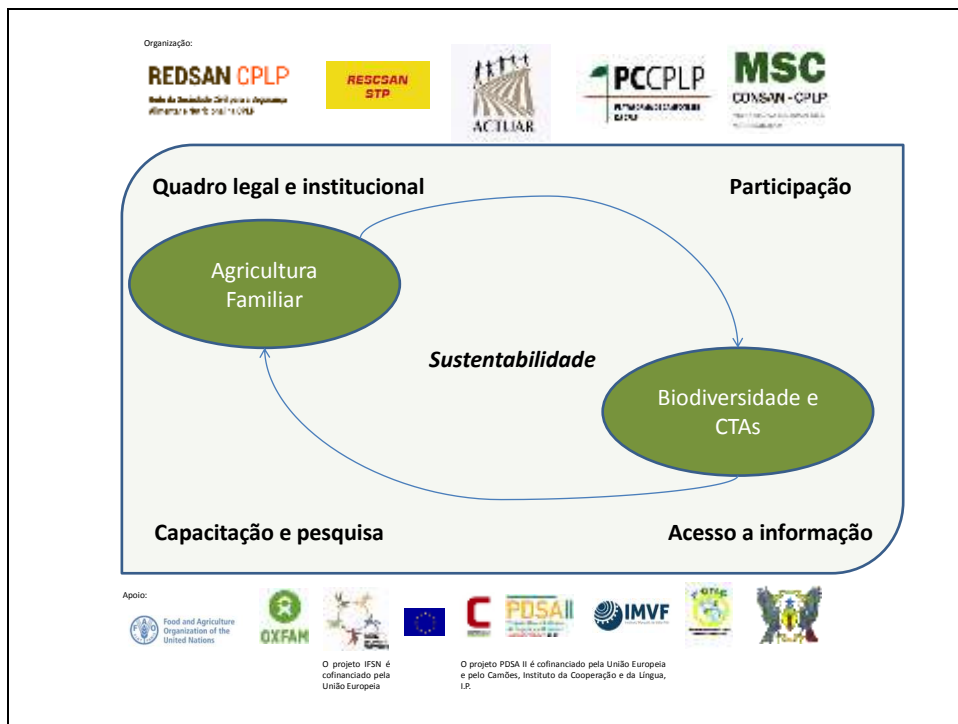
Civil. Na maioria dos países da CPLP não existe ainda uma legislação sobre biossegurança e menos ainda mecanismos que garantam a promoção dos conhecimentos tradicionais e a repartição dos benefícios. Em São Tomé e Príncipe, a Sociedade Civil vai iniciar um projecto que visa propor legislação específica nesta matéria, no qual participam, entre outras entidades, a *ADAPPA* – Acção para o Desenvolvimento Agro-Pecuário e Protecção do Ambiente e a *ACTUAR* – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento.

Na expectativa de identificar os principais desafios que a Sociedade Civil identifica para o Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP, segue abaixo a sistematização proposta pelo facilitador técnico do seminário, Professor Carlos José Dias Pereira, no final das discussões: i) reconhecimento da Agricultura Familiar na CPLP; ii) reconhecimento do carácter eminentemente político da promoção da Agricultura Familiar; iii) investimento na investigação e capacitação sobre, por e para agricultores familiares, a partir de modelos de investigação-acção adaptados às especificidades da Agricultura Familiar; iv) participação social efectiva na definição e implementação da agenda regional e nacional de segurança alimentar e nutricional; v) diálogo inter-níveis regional e nacional (que consolidem a agenda regional); vi) promover modelos de produção sustentável, assentes no princípio da “intensificação *sem* simplificação”; vii) acesso a informação actualizada e fiável no que respeita a questão do acesso e controlo sobre a terra, água, sementes, biodiversidade; viii) quadros legais e institucionais de promoção e protecção da biodiversidade e de conhecimentos tradicionais associados (repartição de benefícios, consentimento prévio informado, biossegurança); ix) directrizes regionais para a promoção da Agricultura Familiar, que incluam questão do acesso e controlo sobre recursos naturais (terra, água, uso, re-uso, troca de sementes, acesso e uso da biodiversidade e de conhecimentos tradicionais associados, etc).

A estreita ligação entre a Agricultura Familiar, a preservação do meio ambiente e o uso dos recursos naturais justifica a necessidade de avançar na difusão de modelos produtivos agroecológicos e que contribuam para a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Nesse sentido, o Fórum debateu possíveis acções de intercâmbio de conhecimentos nesta matéria e a oportunidade de vir a reforçar competências e formação dos agricultores da CPLP nestas áreas. Uma acção de intercâmbio específica sobre práticas de produção agrícola sustentáveis, a realizar em 2015, foi discutida durante o seminário e durante as sessões de planeamento subsequentes e será mencionada novamente mais adiante.

Apresenta-se abaixo um slide extraído de uma das apresentações realizadas durante o seminário, o qual resume vários dos desafios identificados para a efectivação da sustentabilidade da Agricultura Familiar e da Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais associados, a qual só se concretizará a partir de processos de retroalimentação simultânea:



5.2. Visitas de Campo: experiências de produção biológica em São Tomé e Príncipe – o cacau e a pimenta

Mais de vinte pessoas acompanharam estas visitas de campo a duas experiências de produção biológica em São Tomé e Príncipe.

Da parte da manhã, a comitiva visitou a *Cooperativa de Exportação de Cacau de Qualidade (CECAQ-11)*, uma organização santomense que produz, transforma e comercializa cacau de qualidade, congregando actualmente 17 associações de produtores de cacau, todas situadas no Centro Sul da ilha de São Tomé.

A CECAQ-11 iniciou a sua actividade em 2009 congregando 11 comunidades e 232 membros, e agrupa actualmente 958 produtores de cacau (316 mulheres e 642 homens), numa superfície de 1.729 hectares de área cacauzal, tendo produzido em 2014 250 toneladas de cacau de qualidade. Actualmente, a CECAQ-11 vende todo o seu produto num mercado externo justo e biológico, permitindo que os produtores triplicassem a sua renda desde a criação da cooperativa.



Como evidenciado durante a visita de campo, a associação dos produtores na CECAQ-11 possibilitou não só o aumento da renda dos produtores, mas também a criação de novos postos de trabalho, a valorização dos recursos e a melhoria da qualidade de vida dos produtores, através do maior poder de compra, aquisição de meios de transporte próprios, melhoria de habitação, entre outros. A nível nacional, a CECAQ-11 permitiu a

rentabilização das parcelas de terras, atracção de divisas e parcerias público-privadas, sempre na expectativa de se transformar numa referência mundial pela qualidade do seu cacau. No futuro próximo, a CECAQ-11 pretende aumentar a sua produção anual para 350-400 toneladas de cacau de qualidade, permitir a todos os produtores técnicas que assegurem o aumento da produção e da produtividade das parcelas, dotar cada comunidade-membro de infra-estruturas adequadas e suficientes para a transformação local de todo o cacau produzido e dotar a cooperativa de meios de transporte suficientes para dar cobertura à recolha de cacau seco e em goma. Esta visita foi facilitada pelo Presidente da CECAQ-11, Adalberto Luís.

Também durante a tarde, a comitiva teve acesso a outra experiência êxitosa santomense, tendo conhecido a *Cooperativa de Exportação de Pimenta e de Baunilha (CEPIBA)*, pelas mãos de seu Director-Executivo, Francisco Ramos. A CEPIBA foi fundada em 2007, congregando 18 associações de 26 comunidades. Nasceu do Programa de Apoio Participativo à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal (PAPAFPA), que, como evidenciado no segundo painel do seminário do dia anterior, pela coordenadora do PAPAFPA, tem como objectivo apoiar os produtores dos diferentes produtos e colocar no mercado internacional produtos de qualidade, a preços atractivos com certificação de comércio justo e de Agricultura Biológica. A CEPIBA produzia inicialmente pimenta e baunilha, mas a sua actividade restringiu-se à produção de pimenta, devido a uma praga que atacou a baunilha. Actualmente, a CEPIBA é composta por cerca de 300 produtores, que abastecem o mercado interno (reduzindo assim drasticamente a importação da pimenta) e exportam cerca de 10 toneladas de pimenta para França. O aumento da produção de pimenta branca e preta deve-se essencialmente às melhorias das condições meteorológicas e ao intercâmbio



com Madagáscar, onde algumas técnicas foram aprendidas, melhorando consideravelmente a produção e a qualidade da pimenta.

Uma preocupação expressa prende-se com a dependência de um único comprador (com implicações óbvias em termos de negociação de preços, prazos, etc).

Em ambas as visitas evidenciou-se ainda as potencialidades de eventual processamento dos produtos, a partir da agregação de valor (por exemplo, a partir da produção de chocolate de qualidade biológico). A importância de formação específica e acompanhamento técnico aos produtores foi ainda sublinhada em ambas as visitas de campo.

5.3. Seminário “Programas de Alimentação Escolar e Compras Públicas”

Os programas de Alimentação Escolar assumem uma importância crescente em alguns países da CPLP onde já estão formalmente criados e operacionais (como é o caso do

Brasil e Cabo Verde), visando contribuir para o combate à subnutrição, para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, para a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, por meio da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola.

Reconhecendo a escola como um espaço propício à formação de hábitos saudáveis e à construção da cidadania, estes programas de alimentação escolar visam, ainda, contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis, através da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional, contínuas e permanentes, transdisciplinares e intersectoriais. Mas não adianta ter “crianças nutridas” em casa de “pais com fome”, pelo que estes programas devem ser sustentáveis e implementados com base no Direito Humano à Alimentação Adequada o que significa, entre outros aspectos, contribuir para dinamizar as economias locais, em particular para o aumento de renda dos produtores familiares.

O encontro entre a Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar nos países da CPLP poderá representar uma importante transformação no sentido da reaproximação entre produção e consumo, através da promoção de alimentos saudáveis e com vínculo regional, produzidos localmente pela Agricultura Familiar, e consumidos diariamente pelos alunos. Se, por um lado, se pretende promover a alimentação saudável, diversificada, segura e adequada, respeitando a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, por outro lado, e simultaneamente, pretende-se promover o desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de géneros alimentícios diversificados, sazonais, produzidos localmente e pela Agricultura Familiar. Beneficiam-se, assim, simultaneamente: i) os agricultores familiares, contribuindo para a inclusão produtiva, geração de renda e agregação de valor regular, geração de emprego no meio rural, redução da pobreza rural e estímulo ao cooperativismo e ao associativismo; ii) os alunos, através do acesso regular e permanente a produtos de qualidade nas escolas, garantindo alimentos e hábitos saudáveis, com respeito pela cultura e pelas práticas alimentares regionais, em suma, garantindo a Segurança e Soberania Alimentares.

Se quase todos os Estados-membros da CPLP têm vindo a desenvolver iniciativas de Alimentação Escolar (em grande maioria, com apoio da FAO e da cooperação do Brasil), também é verdade que a implementação destas iniciativas tem encontrado problemas que importa analisar para ser possível equacionar formas de resolução baseadas na cooperação entre os Estados-membros no quadro da ESAN-CPLP.

As apresentações de três especialistas de três diferentes países da CPLP – a saber, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (disponíveis em anexo) – subsidiaram as discussões subseqüentes em Grupos de Trabalho, sublinhando a importância da integração da alimentação e da saúde escolar nas políticas públicas e identificando os principais problemas, propostas e estratégias para a sustentabilidade dos programas de alimentação escolar e sua ligação com uma política nacional de abastecimento em que os agricultores familiares estejam efectivamente envolvidos. Os participantes foram divididos em quatro Grupos de Trabalho, secretariados por facilitadores técnicos, a saber: GT 1 – Associações de Pais, Estudantes, Gestores de Escolas

(facilitação: Joana Catarina Paiva); GT 2 – Organizações da Sociedade Civil (facilitação: Francisco Menezes); GT 3 – Produtores Familiares, Organizações de Produtores e Cooperativas (facilitação: Fábio Ramos); GT 4 – Técnicos governamentais (facilitação: Ana Paula Spencer).

Como principais resultados dos Grupos de Trabalho, salientam-se:

GT 1 – Associações de Pais, Estudantes, Gestores de Escolas	
Problemas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O PNASE-STP não consegue atingir os seus objectivos devido: i) à falta de financiamento; ii) aos problemas de gestão de alimentos e desconhecimento de tradições alimentares; iii) à ementa escolar ser a mesma para todos os distritos e iv) à falta de meios e infra-estruturas. ▪ O PNASE-STP deve ser implementado e os seus objectivos devem ser cumpridos, sendo necessário um fundo especial financiado pelo Estado e Sector Privado.
Propostas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educação inclusiva de todos os actores (professores, gestores de escolas, cantineiras, pais, alunos) sobre direito à alimentação saudável, de forma a elaborar uma dieta saudável e equilibrada para o ano escolar de acordo com os hábitos alimentares e culturais de cada distrito; ▪ Elaboração de estudo sobre os hábitos alimentares e culturais de cada distrito / região, de forma a adaptar as ementas escolares; ▪ Compromisso do Estado em cumprir a Lei sobre Alimentação Escolar (São Tomé e Príncipe) e regulamentação desse mesmo compromisso; ▪ Criação de fundo especial para PNASE-STP, através da contribuição do Estado e angariações de fundos por parte do sector privado; ▪ Troca de experiências entre associações de pais, cantineiras, gestores de escolas; ▪ Divulgação e sensibilização sobre actividades realizadas pela PNASE-STP, Sociedade Civil e Associação de Pais.

GT 2 – Organizações da Sociedade Civil	
Problemas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desestruturação do sistema nacional de alimentação devido aos programas de ajuda alimentar que motivaram a caída em desuso de determinados produtos alimentares; ▪ Falta de políticas para alcançar auto-suficiência; ▪ Variações climáticas aumentam dificuldades de implementação de políticas; ▪ Difusão de informação insuficiente.
Propostas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dar centralidade às realidades locais e à sazonalidade das produções na preparação de ementas escolares (e não de forma centralizada); ▪ Diversificação de produtos; ▪ Assistência técnica para planificação da produção; ▪ Educação alimentar e nutricional nas escolas e nas casas; ▪ Regulamento para fornecimento e qualidade dos produtos;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaços de diálogo e participação de todos, bebendo dessas experiências a partir de intercâmbios, mas não tomando-as como dogmas, já que estas deverão ser adaptadas a cada contexto; ▪ Implementação de conselhos a nível nacional, multi-sectorial e multi-actores; ▪ Mapeamento de realidades locais e caracterização da agricultura local; ▪ Replicação anualdo Fórum da Sociedade Civil da CPLP para aprofundar estas questões, de forma rotativa nos países da CPLP.
--	---

GT 3 – Produtores Familiares, Organizações de Produtores e Cooperativas	
Problemas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compromissos comerciais assumidos pelos Governos, que impedem este tipo de políticas de promoção de compras públicas à agricultura familiar; ▪ Privatização de serviços públicos; ▪ Falta de vontade política; ▪ Falta de organização da produção familiar; ▪ Desconfiança dos produtores em relação aos processos organizativos; ▪ Diferenças de qualidade produtiva; ▪ Necessidades de investimento na melhoria do processo produtivo e de transformação; ▪ Dependência externa, por exemplo, ao nível da obtenção de material vegetativo, entre outros; ▪ Prazos de pagamento pelo Estado não adequados à realidade da agricultura familiar.
Soluções	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização das vantagens desta medida ao nível dos governos, partidos e opinião pública (segurança alimentar, potenciar desenvolvimento local, regional e nacional, etc); ▪ Partilha de experiências ao nível local, regional e global; ▪ Apoios estatais à construção da capacidade organizativa por partes dos produtores; ▪ Transparência no processo de definição dos preços; ▪ Profissionalização do produto familiar do ponto de vista de como encara a sua actividade agrícola; ▪ Repescagem de técnicas e saberes tradicionais.
Desafios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior clareza nas políticas públicas, dada a dificuldade de acesso a regras dos programas e à burocracia exigida (exemplo: processos de contratação); ▪ Assistência técnica aos produtores nas seguintes áreas: i) Gestão da área de produção; ii) Planeamento de produção (colectiva e individual); iii) Tecnologias de gestão do solo (análise de solos e adubos) e da água (irrigação); iv) Protecção de sementes “crioulas” (não transgénicas) visando a independência do material genético a ser utilizado, já adaptados as regiões produtoras; v) Variedades e tecnologias apropriadas a cada região, e não pacotes tecnológicos que geram dependência na compra de matérias-primas;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação transparente sobre mercado, condições de fornecimento do produtor (negociação para a formação de preços e prazos de pagamento, etc); ▪ Qualidade dos alimentos, a qual poderá ser garantida a partir de modelo de produção saudável (sem dependência de adubos químicos), afinal, o consumidor final são as crianças; ▪ Diversificação do mercado, abrindo para compradores em diferentes segmentos (Hospitais, Cadeias, além de Escolas); ▪ Apoio à transformação de produtos (a partir de políticas de crédito) e diversificação da oferta de produtos para aumentar as possibilidades de venda e novos mercados; ▪ Outras dificuldades: falta de crédito; falta do título de terras; logística; mudança climática (temperatura e falta de água são os problemas mais citados).
--	--

GT 4 – Técnicos Governamentais	
Desafios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenação multi-sectorial; ▪ Negociação prévia do preço médio de produtos; ▪ Maior descentralização do processo de gestão; ▪ Gestão de logística; ▪ Controlo da qualidade de produtos; ▪ Estimular prática de agricultura familiar; ▪ Envolvimento de pais e encarregados de educação; ▪ Articulação de informação; ▪ Quadro legal e funcional do programa; ▪ Simplificação dos procedimentos para compras públicas; ▪ Abordagem multi-sectorial; ▪ Planificação e monitoramento; ▪ Reforço da formação de diferentes categorias de actores; ▪ Gestão descentralizada do processo.

Foram ainda exemplificadas áreas de actuação para possível intercâmbio entre actores dos países da CPLP, envolvendo não só actores da Sociedade Civil e muito particularmente agricultores familiares, mas também técnicos governamentais.

Alguns elementos comuns aos Grupos de Trabalho que deverão ser incluídos em eventuais possíveis acções de intercâmbio e reforço de capacidades na implementação de Programas de Alimentação Escolar foram sistematizados pelo facilitador técnico da sessão, Francisco Menezes, e prendem-se com:

- Gestão do processo;
- Informação transparente para os produtores;
- Controlo de qualidade;

- Educação alimentar e nutricional (Saúde + Educação);
- Inclusão da realidade local e dos hábitos alimentares na preparação das ementas;
- Espaços de diálogo / conselhos / comités de pilotagem;
- Articulação a nível regional.

Este seminário foi formalmente encerrado por Alexandrina Vera Cruz, em nome do Ministério da Educação e do PNASE, e pelo Representante do Ministro da Economia e da Cooperação Internacional, Sr. Wilson Bragança, que felicitaram toda a organização pelo êxito do *I Fórum de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP*. Prova desse êxito foi o reconhecimento do papel da Agricultura Familiar e da sua importância para a implementação dos programas de Alimentação Escolar baseados em produtos fornecidos pelos agricultores familiares. O Governo Santomense está consciente da necessidade de criar um quadro legal de mecanismos de regulação e funcionamento da Agricultura Familiar, uma vez que a sua promoção estimula a produtividade, melhora a qualidade dos produtos, de subsistência e de exportação e aumenta o rendimento, não apenas da população rural, mas da população santomense em geral. A troca de experiências de boas práticas em matéria de Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP contribuirá para desenvolver novas práticas que impulsionem a Agricultura Familiar e a Segurança Alimentar e Nutricional e seus respectivos programas em São Tomé e Príncipe, de modo particular, e na CPLP.

5.4. Reunião de planeamento interna da REDSAN-CPLP e Plataforma de Camponeses da CPLP

Nesta reunião interna, participaram todos os representantes das redes e federações nacionais membros da REDSAN-CPLP e da Plataforma de Camponeses da CPLP, respectivamente. Dada a elevada expectativa de partilha de informação nacional, foi concedido especial espaço para a discussão das realidades nos diferentes países, tendo sido evidenciado; i) implementação das decisões do CONSAN-CPLP em cada país pelos Governos e organizações internacionais; ii) actividades realizadas pelas organizações membro da REDSAN-CPLP e da Plataforma de Camponeses da CPLP em cada país, visando a implementação da ESAN-CPLP; iii) identificação de possíveis problemas e acções a desenvolver, avaliando possibilidades de sinergias a nível regional.

As organizações nacionais manifestaram o seu desapontamento em relação à não realização do CONSAN-CPLP em 2014, conforme previsto, no quadro da reunião de Chefes de Estado e do Governo, e sublinharam a importância da sua participação durante o ano de 2014 em reuniões havidas relacionadas com a implementação da ESAN-CPLP, como é o caso da reunião do Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP (Maio, Brasília) e da reunião multi-actores convocada pelo TCP FAO-CPLP (Dezembro, Lisboa).

Reforçou-se a importância de participação da REDSAN-CPLP e da Plataforma de Camponeses nestas sessões. Ficou evidente o foco neste próximo ano (2015) na

construção / fortalecimento dos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, nos moldes estabelecidos pela ESAN-CPLP.

Foram também acordadas prioridades a levar no dia seguinte para a reunião do Comité de Coordenação do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP.

5.5. Sessão interna do Comité de Coordenação do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP

Com o apoio técnico do TCP FAO-CPLP (Francisco Sarmento) foi ministrada uma sessão de capacitação e esclarecimentos sobre os mecanismos de governança da Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP, nomeadamente, sobre a ESAN-CPLP (mecanismos de governabilidade; estrutura; procedimentos); o CONSAN-CPLP (estatutos; regras); conselhos nacionais de SAN (procedimentos para a sua construção e reforço a nível nacional).

Em seguida, as actividades específicas do plano de trabalho do Mecanismo para 2015 foram discutidas durante a Primeira Reunião do Comité de Coordenação do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil, e podem ser sistematizadas nas seguintes áreas prioritárias: i) acções de *lobby* e *advocacy*; ii) estudos (contributos para estudo a realizar pelo GT AF CONSAN-CPLP, com apoio técnico do TCP FAO-CPLP; elaboração de documentos de *policy* pela Sociedade Civil); iii) intercâmbios em áreas a seleccionar; iv) participação do Mecanismo no CONSAN-CPLP e reuniões dos Grupos de Trabalho.

Finalmente, o Comité de Coordenação aprovou o regulamento interno respectivo e a Declaração Final do Mecanismo relativamente ao *I Fórum da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP* (ver anexo).

6. Comunicação e visibilidade

Em diversos países da CPLP, foram noticiadas comunicações sobre o *I Fórum de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP*. Salientam-se abaixo algumas dessas comunicações:

País	Jornal	Fonte
Brasil	Jornal O Dia	
Cabo Verde	Diário A SEMANA	http://asemana.sapo.cv/spip.php?article108270&ak=1
	Jornal de São Nicolau	http://www.jsn.com.cv/index.php/nacional/2960-cabo-verde-participa-do-i-forum-de-agricultura-familiar-e-seguranca-alimentar-e-nutricional-da-cplp
Guiné-	Blog BISSAU	http://bissauresiste.blogspot.pt/2015/03/em-debate-

Bissau	RESISTE	seguranca-alimentar-e.html
Portugal	Jornal A BOLA	http://www.abola.pt/africa/ver.aspx?id=536813
	Agência LUSA em Portugal	http://noticias.sapo.tl/portugues/lusa/artigo/18974317.html http://noticias.sapo.tl/portugues/info/artigo/1434124.html
São Tomé e Príncipe	Diário A VITRINA	http://www.vitrina.st/vitrina3918.htm
	Jornal Tropical	http://www.jornaltropical.st/tropica05.htm
	TVS	Audiovisual em formato digital
Timor-Leste	Agência LUSA em Timor-Leste	http://noticias.sapo.tl/tetum/info/artigo/1434125.html
Outros	RDP África	http://tv1.rtp.pt/rdpafrica/?t=Seguranca-alimentarem-debate-em-Sao-Tome.rtp&article=3806&tm=10&headline=16&visual=6
	RTP África	
	PANAPress	http://www.panapress.com/Associacoes-da-CPLP-debates-sobre-seguranca-alimentar-e-nutricional-3-630428493-40-lang4-index.html
	África 21 Online	http://www.africa21online.com/artigo.php?a=10954&e=Pol%C3%ADtica

No dia 20 de Março, o Comité de Coordenação do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP apresentou as principais conclusões desta semana de trabalho e articulação numa Conferência de Imprensa. Estas conclusões sistematizadas numa Declaração Final foram apresentadas na TVS (Televisão Santomense) e entregues formalmente ao Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural de São Tomé e Príncipe no dia 23 de Março, que se comprometeu a reflectir sobre as mesmas, dando seguimento, assim, ao comprometimento político que tem demonstrado com as demandas da Sociedade Civil da CPLP, muito particularmente das organizações representativas da agricultura familiar dos diferentes países da Comunidade.

7. Avaliação

Da análise das avaliações recebidas, verifica-se que a maioria dos participantes superou as suas expectativas, tendo ficado bastantes satisfeitos com os temas abordados nos seminários, com a qualidade dos oradores e suas apresentações, com a participação do público em geral.

A partilha de experiências entre os diversos países da CPLP foi um dos elementos mais valorizados pelos participantes e muito especialmente pela comitiva da Sociedade Civil.

Foi sublinhada a necessidade de, em futuras oportunidades, se viabilizar maior participação de representantes governamentais de outros países além do país anfitrião.

Outros temas a discutir em futuras oportunidades: créditos agrícolas para agricultores, comercialização e escoamento de produtos, gestão de terras, formação de agricultores.

Em resumo, e atendendo às avaliações formais recebidas, em média, os participantes atribuíram a seguinte avaliação:

- Pertinência do tema: muito satisfeito
- Conteúdos abordados: muito satisfeito
- Oradores: muito satisfeito
- Metodologia: satisfeito
- Espaço: muito satisfeito
- Transportes: satisfeito
- Alimentação: muito satisfeito
- Pontualidade: satisfeito
- Material de apoio/informação: satisfeito
- Facilitadores: muito satisfeito.

Ainda relativamente à avaliação e recomendações efectuadas pelos participantes, sistematizam-se, abaixo, algumas reflexões particularmente úteis para o trabalho futuro da REDSAN-CPLP, da Plataforma de Camponeses da CPLP e do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP:

Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidação de laços de confiança e dinamismo entre os membros da comitiva; ▪ Mobilização das organizações da Sociedade Civil em favor da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional, ao nível regional e nacional; ▪ Possibilidade de partilhar experiências e pensar sinergias entre os diferentes espaços de articulação regional; ▪ Participação entusiasta de representantes governamentais do país anfitrião; ▪ Discussão conceptual e qualificada sobre Agricultura Familiar, Programas de Alimentação Escolar, Governação de Recursos Naturais; ▪ Visitas de campo estimulam a troca de experiências; ▪ Construção de capacidades ao nível da governança da SAN na CPLP, nomeadamente por parte do Comité de Coordenação do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP; ▪ Reunião em país africano, fugindo ao padrão estabelecido até ao momento de encontros e actividades prioritariamente em Portugal e Brasil; ▪ Visibilidade das actividades na imprensa;
----------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio logístico e organizativo célere e eficaz; ▪ Iniciativa representativa em termos geográficos; ▪ Participação activa de Timor-Leste. A integração da HASATIL na REDSAN-CPLP e como membro do Comité de Coordenação do Mecanismo foi aprovado por unanimidade; ▪ Sinergias entre a REDSAN-CPLP e a Plataforma de Camponeses da CPLP; ▪ Reconhecimento do trabalho qualificado dos espaços de articulação regional e do seu dinamismo e recondução da ACTUAR ao papel de coordenação e secretariado da REDSAN-CPLP e do Mecanismo no próximo biénio.
Desafios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior articulação do trabalho das redes ao nível nacional / regional; ▪ Reforço do comprometimento por parte das redes e federações nacionais; ▪ Reforço da participação da coordenação da REDSAN-CPLP nas reuniões das redes nacionais; ▪ Equilíbrio de género na coordenação dos espaços de articulação regional; ▪ Assegurar visibilidade e cobertura mediática das actividades; ▪ Maior articulação e coordenação do apoio técnico da FAO com os compromissos assumidos pelos Governos com a implementação da ESAN-CPLP; ▪ Promover diálogo mais fluido com Secretariado Executivo da CPLP, consolidando o diálogo já estabelecido e positivo com a Direcção de Cooperação da CPLP, com o TCP FAO-CPLP e com a Representação da FAO junto da CPLP; ▪ Maior envolvimento de representantes do poder político de outros países em futuras iniciativas (incluindo Parlamentares, Embaixadores, etc).

8. Reflexões finais

Em conformidade com o exposto, a REDSAN-CPLP, a Plataforma de Camponeses da CPLP, o Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil do CONSAN-CPLP e a ACTUAR – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento consideram que esta iniciativa correspondeu às expectativas dos participantes, tendo contribuído efectivamente para alcançar os objectivos inicialmente previstos, nomeadamente, no que respeita: i) à mobilização, articulação e capacitação das organizações da Sociedade Civil com intervenção nos domínios da Segurança Alimentar e Nutricional (incluindo as redes nacionais membros da REDSAN-CPLP e as federações nacionais de agricultores membros da Plataforma de Camponeses da CPLP) para a participação no processo de implementação da ESAN-CPLP ao nível regional e ao nível nacional; ii) o aprofundamento da discussão conceptual e política sobre as temáticas de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional (incluindo, reconhecimento da Agricultura Familiar, Governança da SAN, Alimentação Escolar e Governança de Recursos Naturais); iii) a partilha de experiências; iv) o fortalecimento do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP.

A REDSAN-CPLP e a Plataforma de Camponeses da CPLP revelam crescentemente uma maturidade organizativa e política que contribuirão, seguramente, para o fortalecimento e consolidação política do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil do CONSAN-CPLP e para uma acção coordenada visando a implementação da ESAN-CPLP em 2015.

Em função das prioridades estabelecidas pelo Fórum, será de destacar a importância, do ponto de vista político, da necessidade de assegurar junto dos Estados-membros da CPLP e do Secretariado Executivo da CPLP que todas as acções de cooperação multilateral vinculadas ao tema da agricultura e alimentação tenham a ESAN-CPLP como documento orientador e envolvam os órgãos de decisão democráticos e representativos constituídos no âmbito da Estratégia.

Do ponto de vista programático, salientam-se as seguintes actividades a desenvolver com a coordenação/participação activa da sociedade civil, através do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil do CONSAN-CPLP: i) acção de capacitação e intercâmbio sobre modelos sustentáveis de produção, transformação e comercialização de alimentos a realizar em meados de 2015; ii) estudo propositivo visando o reconhecimento da agricultura familiar pelo CONSAN-CPLP a desenvolver e discutir no âmbito do Grupo de Trabalho de Agricultura Familiar do CONSAN-CPLP; iii) preparação de material de *policy* pela Sociedade Civil, em áreas específicas (reconhecimento da Agricultura Familiar e Direito Humano à Alimentação Adequada e participação social nos conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional); iv) iniciativa de construção de capacidades ao nível das compras públicas de alimentos e alimentação escolar; v) participação expressiva dos agricultores familiares da CPLP na reunião extraordinária do CONSAN-CPLP; vi) envolvimento activo da Sociedade Civil na construção de Conselhos de SAN em todos os Estados-membros da CPLP.

Não obstante o pouco tempo para a preparação desta actividade e os desafios que se colocaram pelo facto de se realizar em São Tomé e Príncipe, algumas instituições e parceiros acreditaram na nossa capacidade organizativa e técnica e apoiaram esta iniciativa. O nosso agradecimento, por isso, à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), à ActionAid / IFSN, à OXFAM e ao Instituto Marquês de Valle Flor. Esta junção de esforços foi uma nota positivamente destacada por vários intervenientes e espera-se poder continuar a contar com o envolvimento de um número ainda maior de Organizações da Sociedade Civil em próximas iniciativas, em particular, nas mencionadas anteriormente.

O Comité Organizador agradece também aos facilitadores técnicos e convidados nomeadamente a Caio Galvão de França, Francisco Sarmiento, Ana Spencer, Stefano Grego, Alberta Guerra, Shahidur Rahman, Laura Lorenzo, Fábio Ramos, Pierina German Castelli, Agostinho de Carvalho, Carminda Viegas e Laura Meggiolaro.

Agradecemos ainda o apoio político incondicional manifestado pelo Governo Santomense, muito particularmente na pessoa do Senhor Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Senhor Teodorico Campos mas também a outros Ministérios que de uma forma ou de outra apoiaram o evento. Também à Presidência da

República de São Tomé e Príncipe se deve um agradecimento pelo apoio e participação no Fórum.

9. Anexos

- **Anexo 1** – Lista de Participantes do Seminário Internacional “Governança, Agricultura Familiar e Meio Ambiente” e do Seminário “Programas de Alimentação Escolar e Compras Públicas”
- **Anexo 2** – Apresentações do Seminário Internacional “Governança, Agricultura Familiar e Meio Ambiente”
- **Anexo 3** – Apresentações do Seminário “Programas de Alimentação Escolar e Compras Públicas”
- **Anexo 4** – Declaração Final do Mecanismo de Facilitação da Participação da Sociedade Civil no CONSAN-CPLP relativamente ao I Fórum da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP